

O Movimento do Contestado e a construção de uma identidade regional

Liz Andréa Dalfré

O objetivo desta comunicação é refletir sobre a formação de uma identidade regional propagada a partir de alguns discursos sobre o Movimento do Contestado. Durante a primeira década do século XX, jornalistas e políticos paranaenses se voltaram para esse conflito, buscando definir seus participantes e o posicionamento do estado paranaense em relação aos acontecimentos que envolveram os sertanejos da região contestada e a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Realizaremos esse percurso analisando as idéias veiculadas por meio de textos publicados no periódico curitibano Diário da Tarde, entre 1912 e 1916.

Questões territoriais entre Paraná e Santa Catarina

Em 1912, os governos do Paraná e de Santa Catarina viviam um momento de conflito. Ambos disputavam partes do seu atual território judicialmente. Em muitos momentos, o Movimento do Contestado, confundiu-se com essa questão de limites territoriais, devido ao fato, principalmente, de muitas pessoas envolvidas na guerra também estarem, de alguma forma, vinculadas a esses interesses.

Segundo Paulo Pinheiro Machado, apesar da maioria dos lavradores e sitiantes da fronteira entre o Paraná e Santa Catarina serem de origem paranaense, eles simpatizavam com o pleito catarinense, uma vez que poderiam se distanciar do poder dos coronéis. Para o autor, “a questão de limites foi decisiva para a adesão de comunidades inteiras a vida das ‘Cidades Santas’ e a solução institucional deste problema foi decisiva para impedir um ressurgimento do levante *sertanejo*.” (MACHADO, 201, p. 107 e 124).

Os documentos do período, divergem quanto à relevância da questão de limites para o conflito. Segundo Herculano Teixeira D’Assumpção, militar que lutou em uma das colunas de ataque: “As intrigas sobre o litígio do território contestado foram as principais causadoras da anormalidade dos sertões, nos primórdios do seu movimento armado.” (D’ASSUMPÇÃO, 1917, p. 213). Para, o General Setembrino de Carvalho, que esteve no território contestado de setembro de 1914 a maio de 1915, o litígio foi um aspecto importante. Em uma

correspondência dirigida a Felipe Schmidt, então governador de Santa Catarina, enfatizou a "imperiosa necessidade de por um termo á antiga questão de limites que o estado de Santa Catarina mantém com o Paraná. Estou convicto que ella tem concorrido bastante para esse estado de anarchia, que ha alguns annos vem se manifestando no território contestado" (CARVALHO, 1916, p. 334, anexo 31). O militar concluiu que apesar da "religiosidade primitiva" e da questão dos limites entre os dois estados, "o verdadeiro pretexto está na politicagem, que separa por interesses oppostos, os cabos eleitoraes de taes sertões" (1916, p. 3). Portanto, mesmo apontando para a importância do litígio para o Movimento do Contestado, em sua opinião o verdadeiro motivo residia na política local, questões que se confundem e se completam no contexto da disputa territorial.

Em seu relatório, Setembrino de Carvalho publicou depoimentos de alguns participantes do Movimento, para os quais o litígio teve importância crucial. Um deles foi Henrique Wolland, conhecido na região como "Alemãozinho",ⁱ um dos comandantes de redutos: "E como commandante brigou sempre pela execução da sentença de limites entre os dois estados. O fanatismo era apenas um meio para a consecução daquelle objectivo." (1916, p. 90).

No relatório do Gen. Setembrino de Carvalho, também foi publicada uma carta escrita em dezembro de 1914 pelo líder rebelde Antonio Tavares Junior, em resposta ao major Taurino de Rezende.

A causa que defendemos é uma causa sacrosanta, mas que infelizmente até hoje tem sido descurada pela nefasta negligencia dos ex-governadores do meu pobre Estado, e que é a apodrecida questão de limites.

Só temos um lemma e esse é: execução da sentença ou morte ! São, illustrissimo senhor, dez mil famílias que se sentem ignominiadas por essa conspurcação vexatória do Direito, da Lei e da Justiça, feito exclusivamente para satisfazer capricho sem razão de ser, de meia dúzia de politiqueiros e acolytada pela "sede insaciável dos nossos visinhos".

São dez mil famílias que choram o longinquo bem estar de suas residências, são dez mil famílias emfim, que preferem se entregar em holocausto a supportarem à ambição desmedida e perseguição continuas do sequioso Paraná. Foi, pois, impulsionado por esse brado de desespero e de justiça que corri ás armas para, ao protesto expontaneo e unanime desse povo bem digno de chamar-se brasileiro, juntar o meu e os meus resumidos esforços, esquecendo filhos, vida e propriedade e não para espalhar o sangue e me tornar bandido de que, me acoima o Paraná. Não pesará acaso na enigmática consciência do ex-presidente da República esta lista fraticida? Certamente, não ; porque pesaria também, nesse caso, o não sei quantos mezes de vergonhoso estado de sitio ! (1916, anexo 15)

Na carta, Antonio Tavares Junior credita à questão de limites o motivo da rebelião de seu grupo, afirmando que dez mil famílias sofriam com a indefinição da sentença. Neste relato,

devemos levar em consideração alguns fatores. Primeiramente, Antonio Tavares Junior morava na região de Canoinhas, próximo ao Rio Negro, portanto local onde o litígio era disputado ferrenhamente. Outra questão importante de ser verificada refere-se à maneira como esse líder entrou no conflito. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz, ele era uma espécie de secretário de um importante capataz do prefeito e chefe político de Canoinhas. Esse capataz, conhecido como Bonifácio Papudo, sofreu grande influência de Antonio Tavares Junior ao se rebelar contra o prefeito. Ao que parece, eles atenderam a uma solicitação de Aleixo Gonçalves, outro importante líder *sertanejo*, carregando consigo quase toda a população que morava no local (SOARES, 1931, p. 79).

Aleixo Gonçalves residia em São Bento há muito tempo, porém possuía terras registradas em cartórios catarinenses, em Três Barras e na região contestada. No entanto, uma outra família registrou essas propriedades no Paraná, vendendo-as em seguida para a *Southern Brazil and Colonization Company*.ⁱⁱ

O fato é que esses líderes conseguiram reunir mais de 1000 homens dispostos à luta. No entanto, os documentos não deixam claro se a maioria desses *sertanejos* realmente estavam preocupados com a questão de limites. Acreditamos que eles compartilhavam dos mesmos valores e esperanças presentes nos demais redutos, pois segundo uma entrevista realizada por Queiroz, Antonio Tavares Junior havia demonstrado certo oportunismo: “Como o povo queria a monarquia, para que o povo o seguisse, também disse que lutava pela monarquia” (Depoimento Rosa e Fohy, In: QUEIROZ, 1977, p. 165). Por saber escrever, acabou por representar os demais que em sua grande maioria eram analfabetos. Apesar de singular, seu relato certamente encontrou eco entre muitas pessoas, confundindo-se com outras vozes no interior de uma comunidade mais ampla de imaginação.

Baseados nos itens expostos, acreditamos que para alguns moradores, principalmente os mais influentes, a questão de limites possuía relevância, o que não significa que eles não compartilhassem dos valores ou crenças que alimentaram o Movimento. No entanto, para os sitiantes e posseiros que moravam nas regiões próximas à divisa, a questão estava além de

uma demarcação política das fronteiras. Eles queriam viver suas vidas sem a interferência de políticos ou coronéis, importando menos o estado no qual residiam do que a segurança de terem tranquilidade em suas terras.

A questão de limites nas páginas do Diário da Tarde

O litígio entre Paraná e Santa Catarina foi um ponto de recorrência e sob o qual se desenvolveram acirrados debates nas páginas do Diário da Tarde, especialmente durante o Movimento. A maioria das notícias referentes a essa temática sempre estiveram relacionadas ao conflito. Partindo dessa disputa, textos irônicos, piadas e relatos ressentidos foram constantes. Essas táticas de escrita revelam tendências de manipulação de opinião (GALVÃO, 1994, p. 33), por meio de construções discursivas regionalistas, buscando incitar o público leitor paranaense para o debate e tentando, sobretudo, formar uma identidade regional.

É importante lembrarmos que a questão cartográfica, de delimitação de fronteiras, seja em nível nacional ou estadual, foi fundamental nesse período em que a recém-instaurada ordem republicana buscava consolidar seu domínio sobre o território nacional. Nesse sentido, a idéia de fronteira constituiu um importante elemento do imaginário do período. Delimitar fronteiras significava possuir conhecimento do tamanho da extensão de um poder, além de indicar a inclusão ou exclusão de determinados grupos sociais no interior de uma nacionalidade, ainda que heterogênea. Nesse sentido, *fronteira* representou uma idéia bem delimitada e fundamental para a construção de uma identidade nacional e regional.ⁱⁱⁱ

Visando essa construção, o Diário da Tarde funcionou como articulador de uma identidade territorial. Primeiramente, utilizando-se da figura dos soldados mortos em combate. Num segundo momento, por meio das referências à ingenuidade e ignorância dos *sertanejos* e ao poder de manipulação dos governantes catarinenses.

É possível percebermos também, por meio dessas notícias, a explosão de tensões e ressentimentos – ligados à questão de limites – para com Santa Catarina e, após alguns meses, em relação ao governo federal, bem como a solidificação de um sentimento regionalista, elaborado e evidenciado através dos discursos sobre o Movimento do Contestado.

Ao receber as primeiras informações referentes ao conflito, o jornal enfatizou as intenções monárquicas do movimento descartando, entretanto, a questão de limites como um dos motivos de sua eclosão. A partir do início de outubro de 1912, pouco antes da morte de João Gualberto, as notícias ganharam um outro caráter, indicando a possibilidade de que a reunião dos *sertanejos* seria um ardil catarinense para se apropriar do território contestado. Primeiramente, surgiram informações questionando a gravidade do conflito: “Ainda o caso de S. Catharina – Será mesmo o que dizem? – Quase ninguém acredita na blague” (DIÁRIO DA TARDE, 27/09/1912, p. 1). A partir de então, inúmeras notas de incredulidade foram publicadas. “A colônia paranaense aqui está cada vez mais inclinada a crer que há fins ocultos em toda essa ridícula e espalhafatosa comédia” (D.T. 30/09/1912, p. 1). Até esse momento, o Diário da Tarde colocou em dúvida não somente a seriedade do Movimento, como também a sua existência. No entanto, é importante enfatizar que a imprensa deixava transparecer uma certa dificuldade no sentido de estabelecer de forma clara e concreta o que realmente estava acontecendo. Essa incerteza foi transmitida ao leitor por meio de diversas notícias. Na dúvida, o estado vizinho era acusado como responsável pelos acontecimentos.

Em 19 de outubro do mesmo ano, momento em que o grupo de José Maria já estava em território paranaense, o Diário da Tarde reproduzindo uma informação veiculada no Rio de Janeiro, afirmou que a situação na região do contestado era grave, supondo “...que o fanático [José Maria] é mandatário dos catarinenses.” (D.T. 19/10/12, p. 4).

Após a morte de João Gualberto, o Diário da Tarde se preocupou em classificar os lugares do exército e dos *sertanejos* na sociedade. Quando os rebeldes voltaram a se reunir, a partir de dezembro de 1913, tornou-se diária a publicação de informes e notícias culpando e, mesmo, agredindo o estado vizinho. As narrativas presentes nos periódicos dessa época, poderiam chegar a agressões políticas, indignação ou ainda levantar acusações, criando intrigas e conspirações, fatores bastante característicos nas notícias sobre o conflito. O principal alvo dessas agressões, portando, não foram os *sertanejos* mas sim os governantes catarinenses, desde a primeira nota sobre Taquarussú.

Essa luta entre imaginários concorrentes, nos remete às reflexões de Baczko, segundo o qual a legitimidade de um poder é duramente disputada entre indivíduos ou grupos, sendo que as relações de força necessitam de uma relação de sentido. (BACZKO, 1985, p.298-299). No caso do Diário da Tarde, remeter à questão litigiosa, chamar a atenção dos paranaenses para os acontecimentos e as atitudes dos governos catarinenses e federais, foi uma forma de buscar uma legitimidade para o seu poder.

Nos momentos de crise, os imaginários concorrentes são produzidos e cada qual lutará arduamente para que as suas representações prevaleçam. Uma evidência consiste no fato dos políticos locais também terem sido alvo do ataque paranaense. Ao lado dos termos ignorância, analfabetismo, surgiu a noção de caudilho e cabecilha, com referência aos indivíduos que “exploravam” os *sertanejos* caracterizados, a partir de então, como inimigos do Paraná. As acusações recaiam também sobre o governador catarinense: “Não sei, mas ouvi dizer e li, que José Maria e seus sucessores não passam de títeres cujos cordéis são accionados de dentro do palácio presidencial de Florianópolis” (D.T. 23/12/1913, p. 1).

Rapidamente o Diário da Tarde abandonou a idéia de que os *sertanejos* estariam recebendo auxílio do governo catarinense para afirmar que foi exatamente contra o poder desses governantes que eles lutavam. O político Francisco Ferreira de Albuquerque, foi um personagem recorrente na acusação contra os catarinenses. Conforme o discurso do periódico, era exatamente contra ele que os *sertanejos*, inclusive o finado *monge*, lutavam.

Foi também nesse momento que o Diário da Tarde iniciou o discurso humanitário, defendendo o fim do movimento pela pacificação e a implantação de escolas como única possibilidade de salvação para os revoltosos. Essas narrativas, encerram uma ruptura na forma até então habitual de se referirem ao conflito. As investidas contra o governo catarinense e contra o governo federal se tornam contundentes.

Vimos que entre os fanáticos há numeroso grupo de crianças, que, na sua inconsciência, não conhecem o perigo a que se acham expostas: nessas condições, perguntamos: - há quem possa aconselhar a matança desses innocentes, só porque a situação é incomoda para o coronel Albuquerque, que não quer ser perturbado nos seus domínios?”

O sr. Coronel Albuquerque e seus sequazes precisam agora liquidar-a promptamente, mesmo passando por sobre os corpos de mulheres e crianças, para que a sua posição se normalise e elles possam continuar a exercer o seu domínio de regulos absolutos, sem mais incommodos (D.T. 28/01/1914, p. 4).

Por um lado, acusando os catarinenses, por outro defendendo os *sertanejos*, a partir daquele momento considerados inconscientes e fanáticos. A atitude hostil em relação aos rebeldes passou a ser designada como contrária a própria noção de *civilização*.

No momento em que os governos dispendem verbas extraordinárias com a cathechese dos aborígenes, é revoltante o cynismo d'aquelles que applaudem o derramamento do sangue irmão, tratando-se ainda mais de indivíduos fanatisados por crenças religiosas, inconscientes, portanto, das suas acções. (...) Nos nossos tempos, entoar hynos ao massacre e ao sangue, é retroceder para o despotismo. O progresso humano não póde admittir semelhante covardia. Que se arvore pois, a flammula da paz sobre a cabeça dos nossos patrícios; que elles voltem ao trabalho quotidiano a cooperar para a grandeza da nossa pátria, e que o governo em vez de mandar as forças armadas 'varrel-os á bala', enviem para os nossos povoados a escola e o livro. Para traz as idéas sanguinárias! Tudo pela paz e pela humanidade! (D.T. 05/02.1914, p. 1).

A escola e o livro, apareceram novamente como condutores para o caminho da *civilização* e da *consciência*. Esse pensamento, de humanidade para com a população, foi ao encontro, como tantos outros, à crítica encaminhada pelos intelectuais, homens de imprensa e políticos do início do século em relação a uma atuação mais eficaz do estado em relação ao território e a população, o que se daria, neste caso, por meio da escola (SEVCENKO, 1999, p. 47). Encontramos aí, outro lugar de sentido construído pelo Diário da Tarde em relação aos seus leitores, evidenciando uma crítica à modernidade ao Estado.

Os ideais de monarquia, anteriormente considerados um dos motivos da reunião dos rebeldes, não vigorou mais nas páginas do Diário da Tarde. Sua utilização, somente foi importante enquanto a responsabilidade recaia sobre o *monge* quando este ainda estava em território paranaense.

Os *sertanejos*, enquanto ignorantes, bárbaros e incultos, deveriam ser tutetados pelo Estado - obviamente o paranaense - para então receberem os benefícios da *ordem* e da *civilização*. Para o Paraná, naquele momento, tornou-se fundamental a construção de uma identidade regional. Neste sentido, o periódico funcionou como articulador de uma identidade territorial. Primeiramente, utilizando-se da figura dos soldados mortos em combate. Num segundo momento, por meio das referências à ingenuidade e ignorância dos *sertanejos* e ao poder de manipulação dos governantes catarinenses.

A recorrência desse discurso foi importante para o enaltecimento do Paraná e à formação de um sentimento regionalista. Da mesma forma, ao criticarem a ausência de

atitudes e o desinteresse do governo federal em relação ao conflito, os narradores do jornal se preocuparam com a construção de uma identidade nacional, pautada, entre outros fatores, na inclusão dos marginalizados à *civilização*, na criação de escolas e na necessidade de resolução da questão de limites, ou seja, na definição de suas fronteiras territoriais.

ⁱ Henrique Wolland, o “Alemãozinho” era desertor da Marinha de Guerra alemã e, ao que parece, estava a alguns anos na região, uma vez que possuía “sotaque caipira” e conhecia todos os caminhos e redutos, apesar de ter atuado nas proximidades do Rio Negro e Canoinhas. Tornou-se uma liderança *sertaneja*, comandando vários homens. Foi um dos primeiros líderes a se entregar às forças do Gen. Setembrino de Carvalho, declarando estar descrente da guerra. Passou a auxiliar o exército na captura de outros rebeldes.

ⁱⁱ Companhia que firmou contrato com o governo federal para explorar as terras que margeavam a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande

ⁱⁱⁱ Conforme Nísia Trindade Lima a idéia de fronteira foi utilizada por diversos estudiosos para explicar a democracia norte-americana e persiste como modelo explicativo para se pensar essa sociedade. Somente é possível pensar semelhantemente essa idéia de fronteira para o Brasil, na medida em que “Em ambos os casos, temos um espaço de contornos geográficos pouco definidos, representado como o lugar onde se desenvolveria o mais típico da identidade nacional.” LIMA, op. cit., p. 42.

BIBLIOGRAFIA

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5 – Anthopos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985, p. 296-332.

CARVALHO, F. S. de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro. Imprensa Militar, 1916.

D’ASSUMPÇÃO, H. T. **A campanha do contestado**: as operações da columna do sul. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917.

Diário da Tarde, Curitiba, 1912-1916.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a guerra de Canudos nos jornais 4^a. expedição. São Paulo: Ática, 1994.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Campinas-SP, 2001, 497 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOARES, J. O. Pinto. **Guerra em sertões brasileiros** (do fanatismo à solução do secular litígio entre o Paraná e Santa Catarina). Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.